



Órgão de divulgação do SindSaúde/PR • Setembro de 2011 • Rua Mal. Deodoro, 314, cj 801, CEP 80.010-010, Curitiba, PR

# SALVE O MOVIMENTO! Pagamento da promoção e da progressão tem data marcada



**A paralisação dos dias 18 e 26 marcaram a luta pelo PCCV e 30 horas. Pautas que continuam na agenda dos servidores. Leia mais nas páginas 6, 7, 8 e 9**



**Governo quer arrombar salário do servidor com novo plano. Leia na página 12**

# Zelo com o patrimônio da categoria

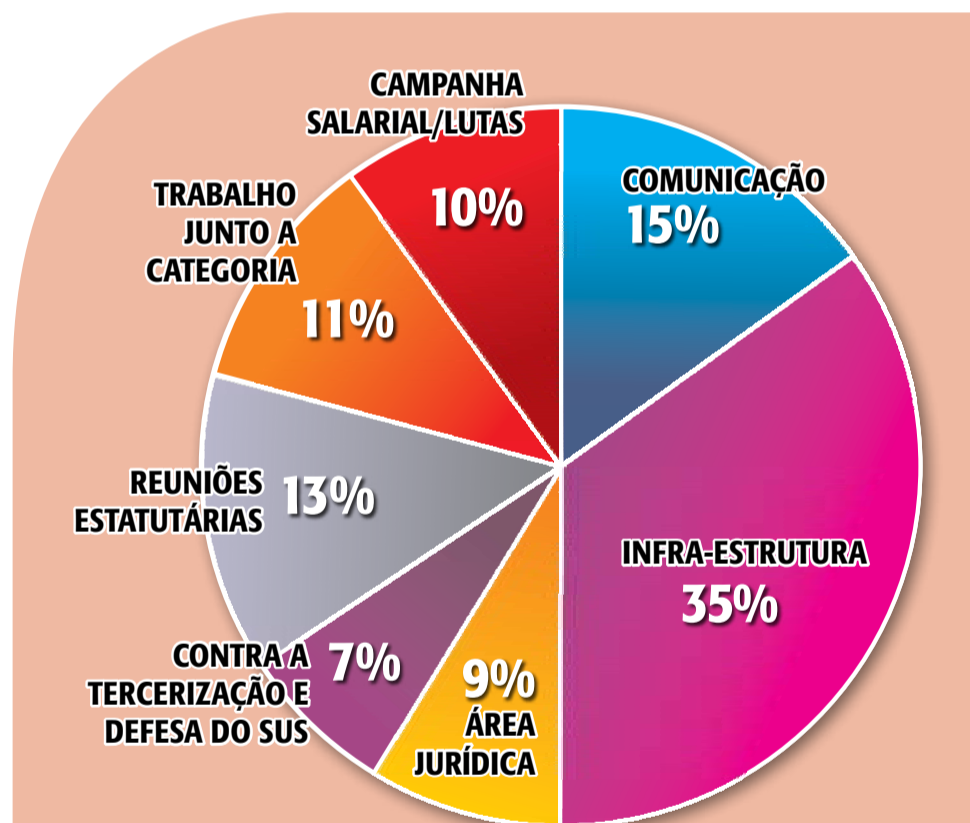
Nesses seis meses não foi encontrada nenhuma irregularidade

Desde que assumiu a gestão, o Conselho Fiscal se reúne periodicamente e analisa os balancetes contendo a descrição dos gastos e seus comprovantes. Nesses seis meses de avaliação das contas não foi encontrada nenhuma irregularidade. E por isso, o Conselho Fiscal tem recomendado a aprovação das contas.

Em 30 de julho, a categoria teve a oportunidade de conhecer os investimentos feitos pelo sindicato e aprovou a prestação de contas por unanimidade.



A seriedade no uso do dinheiro da categoria não é uma qualidade. É, sim, um dever! A direção sabe que a arrecadação do SindSaúde vem do salário dos filiados e precisa ser tratada com cuidado, ética, transparência e honestidade.



Ao observar a figura é possível constatar que 49% da arrecadação do sindicato estão sendo destinados a reuniões e debates em locais de trabalho, campanha salarial (atos), material de comunicação enviado à categoria e assembleias.

No primeiro semestre, a categoria também se reuniu para debater o ParanaPrevidência e o PCCV. Os temas foram levados a Campo Mourão, Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama e Curitiba.

**Pesquisa** - Em cada debate, em cada seminário foram realizadas pesquisas sobre a qualidade do conteúdo apresentado e sobre a organização da atividade. 86,9% dos participantes avaliam que os eventos atingiram as expectativas.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS - JANEIRO A MAIO DE 2011

SINDSAÚDE - CNPJ 81.130.882/0001-01						
RECEITAS	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Contribuição Sindical PR	622.789,81	106.427,99	126.686,64	126.967,75	128.255,59	134.451,84
Receitas Diversas	381,00	0,00	125,00	180,00	46,00	30,00
Financeiras (Juros Poupança/Aplicações)	7.328,46	0,00	0,00	3.592,23	0,00	3.736,23
I - Total de Receitas	630.499,27	106.427,99	126.811,64	130.739,98	128.301,59	138.218,07
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>630.499,27</b>	<b>106.427,99</b>	<b>126.811,64</b>	<b>130.739,98</b>	<b>128.301,59</b>	<b>138.218,07</b>
INVESTIMENTOS						
COMUNICAÇÃO	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Assessoria de Imprensa/Comunicação	17.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Jornal, artes graf, artes visual, radios e filmagem	38.447,17	1.215,00	4.163,87	12.401,80	8.226,50	12.440,00
Telefone Fixo   Movel e internet	21.500,75	4.059,11	3.833,22	4.339,09	4.504,21	4.765,12
Assinatura de Jornais e Revistas	237,40	47,00	49,40	47,00	47,00	47,00
<b>Totais</b>	<b>77.685,32</b>	<b>8.821,11</b>	<b>11.546,49</b>	<b>20.287,89</b>	<b>16.277,71</b>	<b>20.752,12</b>
INFRA-ESTRUTURA	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Luz/Copel + Condomínio + Água	5.787,38	1.091,97	1.158,79	1.167,21	1.194,73	1.174,68
Honorários Contábeis + Encargos Sociais	47.373,74	0,00	10.691,52	12.619,43	11.494,40	12.568,39
Rescisão C.de trabalho/Férias/13 Salario	39.933,39	2.040,98	5.223,67	0,00	0,00	32.668,74
Folha de Pagto/Vale Transporte	37.934,40	4.712,00	10.857,00	2.075,40	7.640,00	12.650,00
Combust./estac/pedagio e loc.veiculo/seguro	5.458,95	1.039,08	584,68	942,91	1.123,29	1.768,99
Xerox/Encadem,/Mat.exped,/Copa/Limpeza	8.086,04	1.706,49	2.100,12	804,51	1.041,71	2.433,21
Correios	16.158,78	4.470,51	981,55	947,45	5.237,62	4.521,65
Serviços Temporários	5.181,66	220,00	1.540,90	1.230,00	1.301,96	888,80
Reparos Sede e Informática	3.281,62	266,80	40,00	959,72	1.354,80	660,30
Ajuda de Custo	4.472,50	255,00	1.472,00	221,00	1.104,00	1.420,50
Contribuições	2.530,00	370,00	220,00	270,00	750,00	920,00
Tarifas e Taxas Bancárias	4.251,60	13,50	1.187,80	1.026,40	939,10	1.084,80
DIESSSE	3.993,00	1.711,50	570,50	570,00	570,50	570,50
<b>Totais</b>	<b>184.443,06</b>	<b>17.897,83</b>	<b>36.628,53</b>	<b>22.834,03</b>	<b>33.752,11</b>	<b>73.330,56</b>
AREA JURÍDICA	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Assessoria Jurídica	30.654,96	5.415,78	4.588,86	6.560,65	7.216,06	6.873,61
Processos/ações/Audiencia	8.907,62	0,00	887,91	1.000,27	412,96	6.606,48
Consultoria Atuarial - Desp. reembolsaveis	5.395,00	185,00	350,00	2.350,00	2.090,00	420,00
Cartorais/Editais	531,34	0,00	215,57	315,77	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>45.488,92</b>	<b>5.600,78</b>	<b>6.042,34</b>	<b>10.226,69</b>	<b>9.719,02</b>	<b>13.900,09</b>
REUNIÕES ESTATUTÁRIAS	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Direção Estadual	6.169,30	0,00	5.854,97	226,33	0,00	88,00
Diretoria Executiva Regional DER	28.584,80	0,00	7.278,62	2.079,37	13.019,79	6.207,02
Conselho Fiscal	2.460,76	0,00	1.100,62	0,00	0,00	1.360,14
Assembléias	33.804,91	1.784,44	30.359,47	1.661,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>71.019,77</b>	<b>1.784,44</b>	<b>44.593,68</b>	<b>3.966,70</b>	<b>13.019,79</b>	<b>7.655,16</b>
CONTRA A TERCERIZAÇÃO E DEFESA DO SUS	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Formação e Mobilização	14.311,20	0,00	0,00	1.594,99	2.089,51	10.626,70
Conselhos e Conferências	3.218,25	54,45	54,43	227,92	276,00	2.605,45
Contra a Terceirização	18.906,07	0,00	3.522,91	3.049,42	6.449,25	5.884,49
<b>Totais</b>	<b>36.435,52</b>	<b>54,45</b>	<b>3.577,34</b>	<b>4.872,33</b>	<b>8.814,76</b>	<b>19.116,64</b>
TRABALHO JUNTO A CATEGORIA	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Visita aos Locais de Trabalho	7.218,23	638,92	1.045,53	969,70	1.882,15	2.681,93
Assessorias / Atendimento ao Servidor	39.369,25	2.106,00	14.961,60	1.425,27	9.757,38	11.119,00
Campanha de Filiação	1.603,79	0,00	0,00	0,00	200,00	1.403,79
Debate PCCV e ParanaPrevidência	8.603,50	0,00	0,00	0,00	6.779,77	1.823,73
<b>Totais</b>	<b>56.794,77</b>	<b>2.744,92</b>	<b>16.007,13</b>	<b>2.394,97</b>	<b>18.619,30</b>	<b>17.028,45</b>
CAMPANHA SALARIAL/LUTAS	MÊS					
	TOTAL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Manifestações/Mobilizações	49.678,14	0,00	315,00	25.006,97	18.215,24	6.140,93
Reuniões de Negociação	1.766,50	260,14	688,10	0,00	818,26	0,00
<b>Totais</b>	<b>51.444,64</b>	<b>260,14</b>	<b>1.003,10</b>	<b>25.006,97</b>	<b>19.033,50</b>	<b>6.140,93</b>
<b>II - TOTAL DESPESAS</b>	<b>523.312,00</b>	<b>37.163,67</b>	<b>119.398,61</b>	<b>89.589,58</b>	<b>119.236,19</b>	<b>157.923,95</b>
Aquisição de Bens Patrimoniais		1.082,00	249,90	0,00	3.789,00	0,00
Cheques à Compensar		16.367,00	0,00	0,00	-2.460,00	2.460,00
Créditos a receber - Deposito em transit		0,00	0,00	250,00	0,00	0,00
Bloqueio Judicial (ref. Ação 80%)		0,00	0,00	5.667,01	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS SAIDAS</b>		<b>54.612,67</b>	<b>119.648,51</b>	<b>95.506,59</b>	<b>120.565,19</b>	<b>160.383,95</b>
<b>III - SALDO DO DISPONÍVEL. MÊS ANTERIOR</b>		<b>257.908,44</b>	<b>309.723,76</b>	<b>316.886,89</b>	<b>352.120,28</b>	<b>359.856,68</b>
<b>SALDO DO DISPONÍVEL NO MÊS (I-III-II)</b>		<b>309.723,76</b>	<b>316.886,89</b>	<b>352.120,28</b>	<b>359.856,68</b>	<b>337.690,80</b>
FORMAÇÃO DO DISPONÍVEL		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
1 - Caixa		15.954,35	15.559,51	5.643,65	12.579,00	4.402,74
2 - Banco Conta Movimento		108.214,36	113.666,33	114.023,35	113.624,40	111.773,01
3 - Banco Conta Aplicação Financeira		100.089,72	100.089,72	142.183,75	142.183,75	126.944,66
4 - Poupança - Fundo de Greve		87.571,33	87.571,33	90.269,53	91.469,53	94.570,39
<b>TOTAL</b>		<b>311.829,76</b>	<b>316.886,89</b>	<b>352.120,28</b>	<b>359.856,68</b>	<b>337.690,80</b>
<b>RESULTADO POSITIVO DO PERÍODO (I - II)</b>		<b>107.187,27</b>				

Curitiba, 31 de Maio de 2011

ELOISA HELENA DE SOUZA - COORDENADORA GERAL

SORAIA REDA GILBER - TESOUREIRA GERAL

## EXPEDIENTE

**Pressão Alta** - Órgão de divulgação do SindSaúde • Abril de 2011

SindSaúde/PR - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Estado do Paraná. Sede própria à Rua Mal. Deodoro, 314, 8º andar, cj.801, Ed. Tibagi, Curitiba, PR, CEP 80.010-010. Fone (041) 3322-0921, fax (041) 3324-7386 • www.sindsaudepr.org.br • contato@sindsaudepr.org.br • Fotos: Julio Cesar Cruz e colaboradores espontâneos • Textos: Lea Okseanberg • Colaboração: Lys Cordeiro. Editora e jornalista responsável: Lea Okseanberg • Diagramação: Excelência Comunicação. Fone: (41) 8802-4450 • Impressão: O Estado do Paraná • Tiragem: 8 mil exemplares. É permitida a reprodução com a citação da fonte.

Até que enfim!

# Pagamento da promoção e progressão tem data marcada

Movimento do conjunto dos servidores deu uma "força" pra sair decisão

Finalmente, no dia 31, foi anunciado o pagamento da promoção por título e o da progressão. O anúncio ocorreu durante reunião dos sindicatos do Fes - Fórum das Entidades Sindicais - com o secretário da Administração, Luiz Eduardo Sebastiani. O pagamento da promoção por titulação será feito em outubro e o da progressão em novembro.

As resoluções 2238 e 2239/2011, que tratam da promoção e da progressão, foram publicadas no Diário Oficial do dia 24 de agosto. Essas resoluções criam uma nova metodologia de trabalho, pois o Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) de cada secretaria vai analisar os documentos dos seus servidores. Feita a avaliação, a Seap implantará o avanço salarial na folha.

Até 30 de setembro, o governo pretende analisar os documentos referentes à promoção e efetuar o pagamento em outubro.

Na avaliação do secretário, durante o mês de outubro o governo consegue implementar a progressão e proceder ao pagamento em novembro.

Embora parte do problema tenha sido solucionada, muitas pendências permanecem. O governo não fala nada de concreto sobre o pagamento dos atrasados de outubro de 2010 até agora.

Nossa conclusão é que o governo, se não pagar, quer mesmo é aumentar o passivo trabalhista.

**Mas não vamos deixar barato. A cobrança tem que ser feita por todos!**

**Balde de água fria** - Para os que chegaram à classe 1 e estão na luta pela progressão por tempo de serviço, as notícias não são animadoras. É, sim, para entender a necessidade de intensificar a luta.

**Decreto 7774** - O governo diz que, após encerrar o processo de promoção e progressão por curso realizado, será a vez de decidir sobre como e quando pagar a progressão por tempo de serviço. Todos lembram que este direito foi pago apenas para os cargos de nível universitário e passou da hora de estender o direito aos demais servidores.

O secretário disse que há duas hipóteses de pagamento em fase de estudo:

**1** - o governo pagaria a partir de dezembro um quinquênio ao mês. Se você, por exemplo, tem três quinquênios, receberia um quinquênio em dezembro, depois em janeiro e, por fim, em fevereiro.



**2** - pagar para todos os agentes de execução em fevereiro de 2012. Março seria a vez de pagar os agentes de apoio.

A resposta do governo requer dos servidores a garra e a luta pelos nossos direitos.

**Reenquadrados** - A situação é dramática para quem, há pouco mais de um ano, teve seu cargo público no Estado alterado.

Todos os servidores reenquadrados voltarão ao cargo de origem. Os salários e posição na tabela também voltam.

O secretário Sebastiani afirma que todos os requerimentos de defesa do servidor foram indeferidos pela Seap.

O Fes ponderou que há pessoas que vão perder até 70% do

**Auxílio alimentação** - O governo fez um estudo sobre o reajuste do auxílio alimentação, congelado há 11 anos. O índice de reajuste seria de 105,92%. O percentual é baseado no IPCA do período de junho 2000 a junho de 2011. O vale alimentação iria para R\$103,00. Mas não tem data para entrar em vigor.

Este aumento pode diminuir o problema, mas não resolverá nada. Considerando os valores praticados no centro de Curitiba, os R\$103,00 dão para uma coxinha por dia trabalhado (22 dias no mês, que é a média).

A lei atual diz que servidores que recebem mais do que dois salários mínimos por mês não têm direito ao AA. O sindicato quer mudança nesta lei e que este direito seja para todos.



salário. Os dirigentes ressaltaram, ainda, que os sindicatos estão empenhados em conversar com a Procuradoria Geral do Estado. Entretanto, até agora não há qualquer movimento da Procuradoria que demonstre a intenção de diálogo e revisão da situação.

Nesse item, avaliamos que a situação precisa da ação dura dos servidores. O auxílio alimentação não é computado como gasto em folha de pagamento. Vai para o custeio do Estado. Isso implica não ter a desculpa de ferir ou extrapolar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SAS

# “Contribuição ao SAS é inevitável”, diz Sebastião

O secretário afirmou que a contribuição do servidor para o sistema de saúde é inevitável. Ele enfatizou que o servidor que quiser Plano de Saúde terá de pagar por ele. Complementou dizendo que o valor da contribuição

mensal será bastante confortável. A questão é saber o que é confortável para um secretário de Estado com salário de R\$ 18.706,19!

Outra mudança substancial será quanto à regionalização do sistema,

garantindo a maior distribuição de serviços em todas as regiões do Estado. E concluiu: a coparticipação financeira do servidor é necessária para melhorar a qualidade do atendimento.

## Coparticipação é o mesmo que desembolso

A coparticipação significa que os servidores terão de custear parte do valor da consulta ou exame no momento em que utilizá-los. São dois pagamentos: a mensalidade e a coparticipação.

O funcionamento da coparticipação é simples: se o servidor usar, tem de pagar. E quanto mais usar, mais paga!

**Atenção** - Hoje, os recursos do SAS vêm da arrecadação do Estado. São mais de 130 milhões por ano para o sistema. Muito dinheiro para pouco e péssimo atendimento. Só que quem tem sido beneficiado com o SAS são os hospitais conveniados. Não investem nada, ganham muito dinheiro, não atendem e, quando o fazem, a qualidade é baixa!

**Compareça ao caixa** - A proposta do governo diz que os recursos que, hoje, são aplicados para o SAS continuarão sendo destinados ao Sistema. Ao valor de R\$130 milhões, então, se somará o dinheiro do salário de cada servidor.

**Em estado de alerta** - Muitas perguntas têm de ser respondidas antes de o novo sistema colocar a mão no bolso do servidor. E, para isso, a direção do sindicato já está organizando vários debates pelo Paraná para a categoria definir o que defenderá. O primeiro debate sobre o SAS será em Ponta Grossa, em outubro.

**Ainda o SAS** - O secretário pediu aos servidores que quando tiverem problema no atendimento em saúde pelos hospitais credenciados, que façam a denúncia, pois a Seap está realizando um controle mais efetivo e já autuou hospitais.

**Sem licitação** - A renovação de convênio para atendimento ao SAS ocorre e vários hospitais. Sem licitação. Essa situação merece nossa atenção, pois senão se configura em conivência com o abuso no uso do dinheiro público.

Vale lembrar que os planos de saúde estão mais caros e o atendimento está, a cada dia, mais restrito. Doce ilusão daqueles que pensam que essas empresas querem zelar pela saúde de alguém. Até querem, desde que dê lucro.



- PAGAR VAI GARANTIR ATENDIMENTO DE QUALIDADE?
- A REGIONALIZAÇÃO VAI MESMO FUNCIONAR?
- OS MÉDICOS VÃO PARTICIPAR DAS LICITAÇÕES?
- OS HOSPITAIS VÃO SE ORGANIZAR PARA COBRAR MAIS OU NÃO ATENDER, COMO FAZEM COM O SAS? DEIXAR DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES PARA SUBIR O PREÇO?
- E SE OS VALORES COBRADOS SUBIREM, OS VALORES QUE OS SERVIDORES PAGAM TAMBÉM SUBIRÃO?
- O SALÁRIO DO SERVIDOR VAI DIMINUIR (COM A COBRANÇA) E VAI FICAR POR ISSO MESMO?
- QUEM VAI ADMINISTRAR TODO ESTE DINHEIRO?

SAS

# Primeiro estudo de novo modelo está perto de ser abandonado



Proposta inicial do novo modelo para o SAS traz desgaste político ao governo e onera o bolso do servidor



No último dia 6 de setembro, o governo apresentou o estudo do novo modelo do SAS ao Fes - Fórum das Entidades Sindicais. Esse primeiro estudo se baseou na garantia de hospitais em todo o Estado por meio de companhias de seguro, como o Bradesco Saúde etc.

## O novo modelo seria da seguinte maneira:

**1** - credenciaria médicos de todas as localidades. O servidor pagaria uma coparticipação na hora da consulta e do exame;

**2** - para o atendimento hospitalar, o Estado licitaria uma dessas empresas seguradoras.

Entretanto, são poucas as companhias que prestam esse tipo de serviço no país. Além do mais, feito o levantamento de custos para apenas 460 mil assegurados (total do funcionalismo) ficaria “pouco confortável” para os servidores o tamanho da encrenca.

Na avaliação da direção sindical, o governo já estaria prestes a abandonar essa proposta. Até porque o desgaste político seria imenso.

## Enquanto não há decisão, fica da seguinte forma:

**1** - os hospitais que têm licitação vigente serão mantidos;

**2** - os hospitais que têm licitação a vencer, como no caso de Umuarama e Curitiba - que expiram em outubro -, estaria previsto novo processo licitatório que inclui alguns critérios de acompanhamento.

Ao Estado caberia avaliar o procedimento e o custo desse procedimento, além da média de atendimentos mensais.

Ao servidor caberia avaliar o grau de satisfação do serviço.

Mas não parou por aí. O governo apresentou uma terceira possibilidade de mudança:

**1** - retoma o credenciamento dos hospitais, por meio de convênios, como fazia o antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado;

**2** - As consultas ambulatoriais e os exames seriam feitos por meio de algum outro sistema.

# Em menos de um mês, sindicato pr



## Em 30 de julho e 26 de agosto a categoria foi convocada p

Por conta da morosidade dos encaminhamentos da Sesa e da Seap às nossas reivindicações, duas assembleias foram convocadas em menos de um mês.

Na Sesa, a negociação específica da jornada e do PCCV parecem infundáveis. Na Seap, o desenrolar das reivindicações se dá a passos de tartaruga. Em especial no que se refere ao auxílio alimentação, congelado há 11 anos, que é de R\$ 50,00 ao mês (leia matéria nesta edição) e a progressão por tempo de serviço para os agentes de apoio e agente de execução ainda não se resolveu.

Em 18 de agosto, a decisão foi que para conquistar nossos direitos era preciso agitar a categoria e demonstrar nossa disposição de lutar.

A decisão de paralisar as atividades foi em defesa das 30 horas e do PCCV. A data também foi escolhida em função da reunião que a equipe sindical teve com o secretário Michele Caputo para mais uma rodada de negociação sobre os temas.

Nesse dia, a categoria cumpriu o deliberado na assembleia. Cada grupo desenvolveu a

atividade de apoio à paralisação de uma forma.

No Hospital Regional São Sebastião da Lapa, por exemplo, 150 trabalhadores cruzaram os braços por 15 minutos. Em Umuarama, os servidores da 12ª. Regional de Saúde também se reuniram em protesto contra a lentidão das negociações.

Em Paranacity, duas servidoras aderiram ao movimento. Uma delas fez um cartaz artesanalmente e a outra exibiu o encarte do último Pressão Alta,

que era só sobre o PCCV. Em Cianorte, os funcionários fizeram a mobilização durante o período da manhã.

Um dos eventos mais curiosos foi o do Hospital Regional de Ponta Grossa. Os manifestantes foram barrados na entrada e ficaram sob a "escolta" de duas chefias. Revoltados, eles pararam os carros que chegavam ao hospital, o que serviu para "sacudir" a direção da unidade. O sindicato e os servidores conversaram com a população e com os usuários para explicar os motivos do movimento.

# Promove duas assembleias estaduais



## Para avaliar andamento das negociações

No Hospital Infantil de Campo Largo, o apoio se deu em forma de panfletagem nos terminais de ônibus. Os apoiadores explicaram à população a necessidade de os trabalhadores da saúde de terem 30 horas e um plano de carreira próprio.

Na capital, a grande surpresa: a adesão ao movimento foi considerada excelente. Servidores do Lacen e do Oswaldo Cruz, além do Hemepar, onde foi a concentração, se revezavam em grupos para participar do protesto.

Cascavel, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Umuarama, Cianorte e Londrina também botaram seu bloco na rua. E cada um a seu modo, agitaram seu local de trabalho reafirmando a defesa das 30 horas já e a implantação do PCCV da saúde. Confira, nesta edição, a proposta da Sesa para a jornada de trabalho e PCCV.

### Imprensa

A mídia cumpriu o seu papel e deu ampla cobertura às mobilizações em todo o Estado. Confira na página do [sindsau-depr.org.br](http://sindsau-depr.org.br).



# Mais espera pela jornada e PCCV

## Essa é a proposta do secretário



MARINGÁ



CASCAVEL



CIANORTE



LONDRINA

Duas certezas estão na vida do trabalhador da saúde: jornada de 40 horas semanais apenas leva ao adoecimento da categoria. E a atual forma de promoção na carreira se esgotou. Chega de QPPE e que venha o Quadro Próprio da Saúde!

Foi com essa certeza que a direção sindical, no dia 18 de agosto, foi para mais um dia de negociação com a Secretaria de Saúde.

Essa reunião serviu para que o governo apresentasse uma resolução composta por quatro membros do governo, um do Conselho Estadual de Saúde e um do sindicato. A atribuição desse grupo era analisar o impacto e a viabilidade da jornada de 30 horas e elaborar o PCCV da saúde.

A equipe que se reuniu com o Secretário Michele Caputo recebeu a resolução e pediu prazo para análise.

A resolução apontava para uma distante solução da jornada reivindicada. Com isso, a direção sindical decidiu por uma consulta à categoria. Por isso, chamou a assembleia do dia 26 de agosto.

**Assembleia** - A categoria decidiu não acatar a Resolução 05/2011, da Sesa e Seap, e já apresentou nova proposta de decreto que estabelece jornada máxima de 30 horas para todos os trabalhadores da saúde, indepen-

dente do decreto 4.345/2005. As negociações do PCCV continuam.

Os trabalhadores também deliberaram pela realização de paralisações relâmpago até o final de setembro, quando ocorrerá nova assembleia.

ASSEMBLEIA  
26 DE JULHO

# Proposta de PL é enviada à Sesa



ASSEMBLEIA  
26 DE AGOSTO

A direção sindical encaminhou à Sesa proposta de projeto de lei que regulamenta a jornada de trabalho dos servidores da saúde. A iniciativa apenas cumpre decisão da assembleia da categoria, realizada no dia 26 de agosto.

Com essa proposta, o Decreto 4345, de 2005, fica vigente, mas não na esfera da Secretaria Estadual de Saúde. A proposta

significa uma solução possível, tanto do ponto de vista administrativo quanto jurídico. Para encampar a proposta, basta apenas a vontade política expressa dos mandatários do Estado.

**PCCV** - O sindicato também propôs a continuidade das negociações entre o SindSaúde, Sesa e Seap para criação do Quadro Próprio da Saúde, a partir das considerações apresentadas formalmente, por meio do ofício

454, de 12 de julho de 2011, protocolado 11.077.482-56, que apresenta considerações acerca da planilha apresentada pela Sesa, na reunião de 11 de julho.

Após a assembleia, a direção encaminhou ao secretário proposta de anteprojeto de lei. Veja no box abaixo o conteúdo da proposta aprovada em assembleia que regulamenta a jornada de trabalho.

## Proposta do SindSaúde

**GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições e considerando:

1. que o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual lhe confere a competência privativa para a sanção, promulgação e publicação de leis, decretos e regulamentos para a fiel execução da norma legal e a disposição sobre a organização e o funcionamento da administração;

2. que a Lei n.º 8.485, de 03 de junho de 1987 dispõe sobre a organização do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná;

3. que a jornada de trabalho é o total de horas trabalhadas diária e semanalmente;

4. que a descrição das atribuições dos cargos públicos e a regulamentação de carga horária e funções componentes, com suas características - Perfil Profissional - deve ser objeto de regulamentação por ato do Chefe do Poder Executivo;

5. que o Poder Executivo poderá adotar jornadas diferenciadas para funções penosas, perigosas ou realizadas em locais insalubres;

6. que a Lei 10692 de 1993, no artigo 7º, diz: "verificada a existência de atividade insalubre ou perigosa, o órgão pericial oficial determinará para eliminação ou atenuação do risco, conforme o caso, a redução da jornada de trabalho";

7. que a lei 6174 de 1970, em seu artigo 53 dispõe que os abrangidos por lei federal ou em condições especiais podem ter jornada menor que 40 horas semanais.

**Decreta:**

**Súmula:** Regulamenta a jornada máxima de trabalho dos ocupantes de cargos públicos vinculados a Secretaria de Estado da Saúde.

**Art. 1º.** O servidor público civil do Estado do Paraná, vinculado a Secretaria de Estado da Saúde,

deverá laborar em jornada máxima prevista para seu cargo, adotando-se, nos casos específicos, o regime de turno de trabalho conforme estabelece a legislação estadual, para atendimento integral do serviço.

§ 1º. Entende-se por carga horária a quantidade de horas semanais a que deve se submeter o ocupante do cargo público vinculado a Secretaria de Estado da Saúde que é de no máximo de 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º. Entende-se por jornada a quantidade de horas diárias de atividade laborativa a que um servidor deve se submeter, de acordo com a carga horária semanal de seu cargo, na forma do caput do artigo 1º.

**Art. 2º.** Os servidores com jornadas de trabalho inferiores a 30 horas semanais e os profissionais que têm regime de trabalho expressamente estabelecido em Lei Federal e para os funcionários que operam com equipamentos irra-

diadores, Raio X e substâncias radioativas próximos às fontes de irradiação, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e servidores abrangidos por Legislação Federal específica, terão como jornada máxima de trabalho aquela estabelecida em cada uma das leis federais, em especial as leis 7.394/1985; Lei 3.999/1961; Lei 8856/1994; Lei 7850/1981; Lei 4950/1966; Lei 8906/1994 e Lei 12317/2010.

**Parágrafo único:** Os bioquímicos e laboratoristas terão a jornada de trabalho prevista na Lei Federal 3999/1961.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 1.890, de 02 de outubro de 2003 e demais disposições em contrário previstas no Decreto 4345/2005.

**Curitiba, em 30 de agosto de 2011 da Independência e --- º da República**  
**Governador do Estado do Paraná**

# Sesa cria problema desnecessário

A declaração médica não é mais considerada hora trabalhada. Por ordem do Romildo Sbrissia, a chefia está orientada a pedir a reposição de horário.

Uma ordem desse naipe nos leva a questionar o que é exatamente essa conversa de humanização da saúde. Se uma mãe servidora tem de levar o filho ao pediatra, o que é rotineiro, ela tem de repor as horas?

Essa orientação é um retrocesso. Os trabalhadores estão cumprindo jornada ampliada. Eles estão sobrecarregados, o trabalho já é estressante pela natureza e ainda tem de fazer reposição de horas com declaração médica?

## Contra normas da Seap, CID é exigido

Os trabalhadores que faltam ao trabalho, por motivo de doença, têm levado ao sindicato um problema comum a várias unidades. Parte dos setores de Recursos Humanos das unidades está exigindo que o atestado médico contenha o CID - Código Internacional de Doenças.

O manual da Dims - Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional da Seap - determina que quando o servidor se ausentar do trabalho por motivo de doença, por até três

dias no mês, consecutivos ou não, deve entregar o atestado médico à chefia imediata ou ao setor de RH do órgão de origem, sem o CID.

Quando o motivo da doença exigir mais de três dias de falta ao trabalho, ininterruptos ou não, no mesmo mês, o servidor deve dirigir-se à DIMS ou JIPM para avaliação médica pericial, sempre nas primeiras 24 horas do atestado médico.

Portanto, atestado inferior a três dias não é motivo para a chefia

para pedir o CID. Chefia não estabelece as normas nem leis. Apenas cumpre. A orientação do sindicato é que o trabalhador, nesta situação, conteste.

**HRS** - Entretanto, o mesmo Romildo Sbrissia, chefe do GRHS, orientou por email o diretor do Hospital Regional do Sudoeste que, naquela unidade especificamente, por ter no quadro de servidores médico do trabalho, esse profissional pode exigir CID.

**Diárias** - O mesmo Romildo cortou as diárias dos trabalhadores que precisam se locomover pelos municípios da regional em que atua. A Vigilância Sanitária, por exemplo, se tiver de fazer inspeção em outro município, que pague do bolso. Motorista de hospital que faz várias viagens de um município ao outro levando paciente também pagará do bolso as despesas.



# De acusador, servidor vira réu

## Empurrar com a barriga pra adiar o pagamento era a mesma tática utilizada por Lerner

Não se desespere caso receba uma notificação do governo em que você aparece como réu. O aviso é da assessoria jurídica do SindSaúde, que constatou que o Estado começou a ajuizar ações rescisórias - ARs - visando a desconstituir as decisões já transitadas em julgado. Aquelas que já estão sacramentadas e em fase de execução.

Para os que têm mais tempo de

serviço público, vale lembrar que a tática é a mesma utilizada na era Lerner. A assessoria jurídica do sindicato entende que o fato se dá apenas para tumultuar e para prorrogar o pagamento das ações ganhas.

O que se imagina é que a Procuradoria Geral do Estado - PGE - deve ter começado a receber os valores das execuções, em especial as de desvio de função.

## ORIENTAÇÃO

Independente dos meandros jurídicos, tão logo o Estado ajuíze a ação rescisória, os advogados do sindicato terão o prazo de 15 dias para defesa. Do contrário, o servidor, que vira réu, será julgado à revelia, pois se trata de outra ação para discutir a primeira.

Para que isso não aconteça, aquele que receber a notificação **ligue imediatamente para o sindicato** no 41-3322-0921, para que seja providenciado modelo de procuração. Feito isso, enviar, com urgência, à assessoria jurídica no endereço do SindSaúde, Rua Marechal Deodoro, 314, 8º andar, conjunto 801 - CEP: 80010-010, Curitiba/PR. Em caso de dúvida, não vacile, ligue para o sindicato - 41-3322-0921.

É importante frisar que a procuração só deve ser enviada quando o trabalhador receber a notificação. Não dá para fazer nada por antecipação.

# 14% Mais uma vitória na justiça!

O desembargador Guilherme Luiz Gomes, do Tribunal de Justiça do Paraná, concedeu decisão liminar favorável ao mandado de segurança impetrado pelo SindSaúde. A ação se refere ao desconto do percentual de 14% sobre a parcela que ultrapassa o teto de R\$ 1200,00, a título de contribuição previdenciária. Todos os filiados entre 26 de maio de 2010 e 27 de junho de 2011 serão beneficiados.

Como se trata de decisão liminar, falta ainda o julgamento do mérito. A assessoria jurídica do SindSaúde tranquiliza os filiados, ao lembrar que todas as ações anteriores - que trataram do mesmo tema - tiveram o julgamento de mérito favorável a limitar o desconto previdenciário em 10%.

Esta não é a primeira e, cer-

tamente, não será a última ação vitoriosa que o SindSaúde conquistou sobre o mesmo objeto. Desde a criação do ParanaPrevidência, em 98, o sindicato - no ano seguinte - ganhava a primeira ação. De lá pra cá, a cada "leva" de novos filiados, o sindicato entra com ação na justiça para garantir que o artigo 145, 1º, da Constituição Federal seja respeitado.

Criada no governo Lerner, a lei do ParanaPrevidência determina o desconto de 10% sobre a remuneração de todos aqueles servidores que recebem até R\$1.200,00. E 14% sobre o valor que exceder os R\$ 1.200,00. Com a liminar, o desconto dos 14% fica suspenso.

**Filie-se - Se você tem desconto de 14%, filie-se e entre para o novo grupo!**

## Segunda chamada para abono permanência

O sindicato disponibiliza a assessoria jurídica para ingresso de ação judicial referente ao abono permanência. São dois os casos:

**1** - para aqueles que, ao pedir aposentadoria, o Estado retirou o pagamento do abono permanência;

**2** - para os que tiveram a implantação do abono permanência a partir da data que o servidor requereu a aposentadoria, res-

tando a dívida do Estado com o servidor referente ao tempo que ele tinha de receber, mas o governo não pagou.

Para saber quais são os documentos necessários, acesse a página do sindicato [www.sindsaudepr.org.br](http://www.sindsaudepr.org.br) ou agende uma conversa com a assessoria jurídica previdenciária, todas as sextas-feiras, no período da manhã.

## Reenquadrados

Para os servidores da saúde reenquadrados ano passado e que vão voltar à função de origem, o sindicato também disponibiliza a assessoria jurídica para ingressar com ação judicial. O objetivo é receber, na justiça, a diferença salarial do desvio de função. Outras informações na página do sindicato ou às quartas-feiras, no período da manhã.

## DESClassificados DESClassificados DESClassificados



### De vice de Ducci a...

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba aprovou 90 dias de afastamento do presidente da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB), no último dia 5 de setembro.

O Conselho analisou as irregularidades na contratação da agência Oficina da Notícia, que prestou serviços de publicidade à Câmara entre 2006 e 2011. A empresa é de propriedade da jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher de Derosso.

**Resumo** - Como o caso é complexo e possui vários episódios, decidimos resumir as denúncias:

- a mulher do vereador, que é presidente da Câmara de Curitiba há 14 anos consecutivos, venceu licitação em 2006, quando ainda era funcionária da Casa. Aqui, a empresa recebeu em quatro anos R\$5,1 milhões.
- Outra empresa, de um parente da jornalista-esposa-vencedora-de-licitação, administrou R\$26,8 milhões dos cofres municipais. Dos quais, segundo Tribunal de Contas, foram gastos com R\$ 14 milhões no jornal Câmara em Ação. Só que ninguém achou um único exemplar sequer. Nada há na biblioteca. Nada foi encontrado na Câmara.

Outra irregularidade teria ocorrido na contratação de quatro funcionários da Assembleia Legislativa pela Câmara em 1997. Entre eles está João Leal de Mattos, envolvido nos escândalos dos Diários Secretos. O MP também investiga a nomeação de uma cunhada de Derosso, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos, para um cargo comissionado. Ela foi contratada em janeiro e exonerada em abril.

### Corrupção

#### Terceirização na saúde causa desvio de milhões

O presidente do Ciap - no momento a mais "escandalosa" das organizações sociais do Paraná -, e mais 12 foram condenados por peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Ao todo, o desvio soma R\$ 28.399.657,74, entre janeiro de 2003 e abril de 2010. A investigação foi realizada pela Polícia Federal, com participação da Controladoria Geral da União e da Receita Federal.

A sentença decretou o confisco de bens, avaliados em mais de R\$ 20 milhões. As penas fixadas a 13 dirigentes do Ciap variam entre cinco e 17 anos.

### Mais dindin

Foram feitas auditorias no Centro de Hospitalar de Reabilitação- CHR, pela Sesa e TCE. Essas auditorias apontam problemas na prestação de contas da Associação Paranaense de Reabilitação- APR-, gerenciadora do hospital. Veja você, a Associação foi beneficiada com mais repasse de recurso. Arrombam os cofres do governo.

## Greves

# Trabalhadores se rebelam e cruzam os braços em todo o país

## Várias categorias dos mais diferentes segmentos em todo o Brasil entraram em greve

Instrumento da classe trabalhadora para pressionar os patrões, seja Estado ou iniciativa privada, a greve voltou neste primeiro ano dos novos governos com toda força. Não foram uma nem duas categorias que aderiram às paralisações em todo o país.

Sem dúvida, a mais expressiva delas é a dos servidores técnico-administrativos das universidades federais. O movimento começou dia 6 de junho. Até o fechamento desta edição, o governo não havia apresentado nenhuma proposta concreta para dar uma solução efetiva à pauta de reivindicações.

Os servidores também criticam a Medida Provisória número 520 que autoriza o governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços

Hospitales, para gerenciar os hospitais públicos universitários.

Também entraram em greve os professores e alunos das universidades federais.

Até os coveiros de São Paulo aderiram ao movimento. Os grevistas reivindicam um aumento salarial de 39,79% e outros benefícios, além de melhores condições de trabalho. A diversidade dos protestos é tamanha que lá no Rio de Janeiro, por exemplo, os operários da obra do Maracanã também paralisaram as atividades. Vale ressaltar que o Maracanã vai ser palco do mundial de futebol do Brasil e já foi o maior estádio do mundo.

Em Pernambuco, 40 mil trabalhadores alocados nas obras da refinaria Abreu e Lima e da Petro-



química Suape cruzaram os braços. Essa foi a segunda greve geral do ano nos dois empreendimentos controlados pela Petrobras.

**Vida real** - Enfim, a Constituição brasileira assegura, no seu artigo 9º, o direito de greve. Nos serviços ou atividades essenciais, que é o caso dos servidores da saúde, a greve tem de garantir 30% de atendimento à população.

Se deixarmos de lado a lei para entrar na realidade dos fatos é preciso questionar: não é só com as greves dos servidores que as

reivindicações têm sido atendidas?

**Na luta** - Estamos mobilizados pelo PCCV e pela jornada faz tempo. E já tentamos muitas formas de pressão. Até agora, tivemos várias promessas, prazos não cumpridos, comissões de estudo. Parece que chegou a hora de engrossar o caldo e parar. Até que as reivindicações sejam atendidas. Você pode organizar seu local de trabalho para parar, para dizer que para conquistar não basta querer. Tem de lutar! Tem de cruzar os braços!

## Mudanças a vista no ParanaPrevidência

O governo do Estado do Paraná estuda mudanças no plano de custeio do ParanaPrevidência. Um grupo de trabalho foi montado para elaborar um novo projeto, mas o governo já fala em fixação de um teto máximo para aposentadorias dos servidores estaduais. Isto significa que independente de quanto o servidor ganha, haverá um limite máximo que ele poderá receber em sua aposentadoria.



O diretor-presidente do ParanaPrevidência inclusive dá a dica, na página do governo na internet: "Qualquer servidor, a exemplo dos trabalhadores da iniciativa privada, tem a liberdade de aderir a planos de previdência complementar, de acordo com a sua vontade". (Matéria veiculada

em 29/082011, com o título *ParanaPrevidência estuda novo plano de custeio*).

A direção do SindSaúde alerta os servidores para que acompanhem as notícias que divulgaremos a respeito. Precisamos descobrir como está a saúde

financeira do ParanaPrevidência, cobrar o pagamento da parte do Estado na contribuição previdenciária, esclarecer a dívida nova de cerca de R\$ 200 milhões em taxas administrativas e exigir que o objetivo da empresa seja proporcionar segurança aos que contribuem, e não lucro.



### DER de Umuarama tem celular

Fortalecer as diretorias executivas regionais é um dos compromissos da atual direção estadual do sindicato. Após dois encontros com a presença de todas as DER's e várias reuniões de trabalho, a direção estadual disponibilizou um celular para cada DER, com exceção da diretoria da 2ª Regional (pois esta pode utilizar a sede do sindicato). A única DER que solicitou o aparelho foi a da 12ª Regional de Saúde de Umuarama.

Então, os servidores de Umuarama podem entrar em contato com a DER através do telefone 44-9995.5592 (TIM).